

ANHANGUERA

Demissões repercutem

O Grupo Anhanguera Educacional, atualmente com seis unidades de Educação Superior no Rio Grande do Sul, demitiu cerca de 1,5 mil professores de dezembro/2011 a fevereiro/2012, em todo o país, segundo levantamento dos sindicatos da categoria. Professores mestres e doutores foram os mais atingidos pelas dispensas, que ocorreram logo após a finalização da avaliação institucional feita pelo Ministério da Educação nas unidades do grupo.

No Rio Grande do Sul, foram demitidos cerca de 20% do quadro de docentes em Pelotas, Rio Grande e Passo Fundo. As demissões começaram em Rio Grande, no mês de dezembro/2011, e geraram protestos dos alunos em frente à sede da instituição, que exigiam uma explicação. Foram 19 professores demitidos nessa unidade, quase todos com nível de mestrado, sendo que alguns integravam o Núcleo Docente Estruturante (NDE) da instituição, grupo de professores de alta titulação e carga horária, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, exigido pelo MEC. “As homologações das rescisões foram feitas em janeiro, com atraso, e em quase todas encontramos divergências nas verbas rescisórias que estão sendo discutidas com a instituição”, afirma Ivo Mota, diretor do Sinpro/RS, Regional Rio Grande.

Diante da repercussão na imprensa local, a instituição “transferiu” as demissões das outras unidades para os meses de janeiro e fevereiro, período de recesso escolar, quando foram demitidos 14 professores de Pelotas e 16 de Passo Fundo. “Nestas unidades a carga horária de alguns professores foi reduzida ao longo do ano, numa clara intenção de burlar as leis trabalhistas, reduzindo os encargos da rescisão”, relata Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS.

O dirigente assegura que o Sindicato permanece vigilante quanto a outras práticas da instituição, e que novas denúncias de irregularidades estão chegando e sendo averiguadas. O Sinpro/RS já mantém diversas

ações judiciais contra a Anhanguera por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.

Denúncia ao MEC

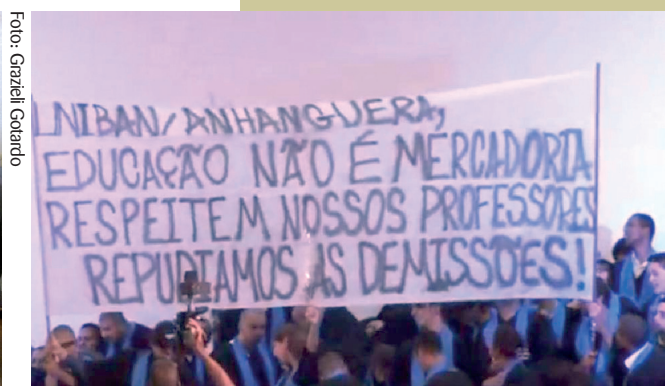
No início do mês de janeiro, o Sinpro/RS encaminhou denúncia à Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior – Seres e no Inep, órgãos do MEC, em Brasília, solicitando a fiscalização das demissões. No documento, o Sindicato considerou que “a leva de despedimentos provoca radical mudança nas condições de oferta dos cursos da Anhanguera, recém-avaliados pelo MEC”. O Sindicato também alerta sobre algumas práticas da instituição, como não ter o último período da noite, nem aulas nas sextas-feiras.

Os representantes do Ministério da Educação assumiram o compromisso de averiguar e tomar as providências cabíveis. “Estamos retomando contato com o MEC para saber do retorno referente à denúncia”, informa Amarildo.

Em fevereiro, o Sinpro/RS esteve em audiência com o deputado Alexandre Lindenmeyer, integrante da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS, para tratar sobre as demissões. O deputado garantiu apoio ao Sindicato e se comprometeu em solicitar uma audiência pública à Comissão de Educação para março. Outros deputados também subscreveram o pedido de audiência.



Amarildo Cenci e Alexandre Lindenmeyer



Uniban: vídeo em que alunos erguem faixa em formatura

Protestos em SP

Segundo levantamento da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), 937 professores foram demitidos no estado de São Paulo. Na Universidade do Grande ABC, mais de 50% do quadro de mestres e doutores foram demitidos no dia 15 de dezembro. A Anhanguera também é alvo de apuração do Ministério da Fazenda por possível monopólio na região do ABC.

Um grupo de professores do ABC enviou ao MEC uma Carta Aberta ao Ministro da Educação Aloizio Mercadante, em que questionam a demissão de mestres e doutores. Os docentes também questionam a fiscalização do Ministério e o alto número de aquisições feito pela Anhanguera, que apenas em 2011 comprou 12 instituições de ensino no país. No dia 8 de fevereiro, em uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo, professores, alunos e dirigentes sindicais relataram os problemas vividos nas instituições recentemente adquiridas pelo grupo. Nas redes sociais, é possível encontrar vídeo de alunos da Uniban protestando.

ESPAÇO JURÍDICO

Trabalho a domicílio tem nova definição legal

A revolução tecnológica e as transformações do mundo do trabalho exigem que a ordem jurídica acompanhe essas alterações de modo a garantir e manter a efetividade das normas em vigor.

A Lei nº 12.551/2011, publicada em 15 de dezembro de 2011, tem esse intuito ao alterar o Art. 6º da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), através da inclusão de um parágrafo único que reconhece expressamente o trabalho à distância e equipara os meios de comando, controle e supervisão telemáticos e informatizados com os meios pessoais e diretos. Prevê a nova redação:

Art. 6º. Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego. (Redação dada pela Lei nº 12.551, de 2011)

Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio. (Incluído pela Lei nº 12.551, de 2011)

Dessa inovação legislativa, verifica-se que o

tradicional comando direto entre o empregador e o empregado, cede lugar, ao comando a distância, mediante o uso de meios telemáticos (telefone, internet etc.), em que o empregado pode permanentemente estar subordinado às regras e ao controle do empregador.

Além da ampliação do conceito de subordinação, esta nova redação deverá influenciar a alteração dos conceitos de sobreaviso e tempo à disposição do empregador, trazendo maior proteção aos trabalhadores submetidos ao trabalho a domicílio.

Departamento jurídico
juridico@sinprors.org.br